

Editorial

Recém-concluído, o processo eleitoral brasileiro enseja as mais instigantes avaliações. Não nos cabe, ainda no calor dos acontecimentos, e nos limites deste Editorial, explorar todas as possibilidades de análise e prospecção. Destaquemos, porém, como seu dado mais relevante, a reafirmação, pelo povo brasileiro, de sua opção pela democracia, a começar pela democracia eleitoral, que se consolida em pleito caracterizado por lisura exemplar. Doravante, o único tutor da soberania popular será o próprio povo brasileiro. Esse recado foi dado às forças conservadoras de casa e de além-mar.

Nunca será excessiva a comemoração.

Consolidando a democracia eleitoral, o povo brasileiro – uma vez mais revelando-se superior às nossas ‘elites’ – ensina que as mudanças são necessárias e que podem ser operadas sem quebra da institucionalidade. Nessas eleições, o eleitorado não se limitou a eleger um novo presidente; determinou uma efetiva alternância de poder e disse o que queria: mudanças. Elegeu as mudanças e vai cobrar sua efetivação.

O recado das urnas foi claro e inequívoco. No primeiro turno o candidato identificado com o continuísmo, com o governo Fernando Henrique, com o modelo neoliberal, obteve 23,2% dos votos válidos. Os 76,8% restantes foram dados a candidaturas de oposição. No segundo turno, o candidato da oposição, Luís Inácio Lula da Silva, obteve cerca de 62% dos votos válidos.

Esse pronunciamento, inequívoco em seu conteúdo, foi construído em uma campanha eleitoral que, não obstante todos os vícios inerentes à democracia representativa moderna – interferência do poder econômico, ingerência partidarizada da grande imprensa, intervenção manipuladora das pesquisas de opinião etc. – teve por característica

mais distintiva o amplo debate. De fato, desta feita, mais do que pelas mobilizações de massa, pelas ações de rua, as eleições presidenciais, crescentemente dominadas pelos meios eletrônicos, foram marcadas por amplo debate, promovido inicialmente pelos mais variados setores da sociedade civil e a seguir encampados pelos meios de comunicação de massa. Nada obstante tenham ainda esses meios, condicionados pelos interesses do 'sistema', determinado a pauta dos debates – estabilidade monetária, equilíbrio fiscal e relações com o FMI – em muitos momentos foi possível discutir – ainda que de forma insuficiente –, os grandes problemas nacionais, como a reforma agrária, o crescimento econômico, a distribuição de renda, os desníveis regionais etc. Mesmo os problemas internacionais chegaram a ser discutidos.

O sistema de dois turnos foi consolidado e revelou seus méritos, quando, na segunda volta, propiciou a unificação das forças oposicionistas, assegurando ao candidato eleito uma maioria de votos de outra forma inatingível. Esse apoio lhe será fundamental na execução do projeto de mudanças.

Não só o novo governo, depositário das esperanças nacionais, como nossas 'elites', conservadoras, conhecem muito bem a natureza do mandato que o povo outorgou às forças políticas reunidas em torno de Luís Inácio Lula da Silva.

O povo votou contra o esmagamento dos salários, imposto pelas políticas ortodoxas postas em prática nos últimos anos. Votou contra a concentração de renda, uma das mais injustas e cruéis do mundo. Votou contra a recessão e o desemprego. Votou contra a dependência externa. Votou contra o fechamento do horizonte, o cerceamento das expectativas, o fim da esperança, a construção do medo.

Os novos governantes sabem disso.

E sabemos todos que o futuro do governo de mudanças, até mesmo para ser um verdadeiro governo de mudanças, dependerá da mobilização popular, que haverá de ser intensa e permanente. O voto de confiança dado a Luís Inácio Lula da Silva não pode significar a passividade da população observando, de longe e de braços cruzados, o governo em ação. Até porque a imobilidade pode implicar a frustração

de objetivos. A mobilização popular terá que passar, forçosamente, por dois caminhos: o apoio, ativo e organizado às decisões governamentais que reverterem em favor do povo, e a pressão, permanente da participação popular, no sentido de exigir novos avanços, sem deixar de compreender que em um processo político de transformações, a negociação com vistas à formação de uma frente política ampla e capaz de conduzir as mudanças, é condição indispensável. Eleições para o povo significam, também, governo para o povo.

As eleições brasileiras deitam reflexões sobre o futuro da América do Sul. Parece inevitável que o Brasil assumirá seu papel de liderança ativa, e a primeira consequência será o fortalecimento do Mercosul. Não se diz que o projeto Alca será arquivado, mas é fácil afirmar que, doravante, ele não avançará se, como presentemente, contemplar exclusivamente os interesses dos Estados Unidos, que, de outra parte, enfrentarão novas dificuldades em projetos como os de intervenção na Venezuela e na Colômbia. O novo presidente já se pronunciou a favor do Tribunal Penal Internacional e a favor da implementação dos acordos de Kioto. E é notório que discutirá com os Estados Unidos e a União Européia as barreiras (alfandegárias, fiscais, fitossanitárias, creditícias e outras) impostas aos produtos brasileiros. A diplomacia brasileira estará a serviço da paz, da solução negociada dos conflitos e do fortalecimento da ONU e dos organismos multilaterais.

Por fim, e não menos importante, assinale-se, com a eleição de Lula, a retomada do processo brutalmente interrompido em 1964. A emergência do povo no cenário político: apartando-se de seu papel tradicional, imposto pela sociedade conservadora e reacionária, de figurante de peça bufa, o povo brasileiro vem assumindo, lentamente, seu papel de agente do processo histórico. Não estamos afirmando que as eleições promoveram uma revolução. Nem elas podiam tanto, nem o candidato eleito se propunha a tal objetivo. Afirma-se, com muita esperança e sem ilusões, que as eleições, comandadas pelo voto popular, o voto das grandes massas, concluindo um processo político-eleitoral iniciado em 1989, e desde então maturado, aperfeiçoado, trazem para o centro do processo decisório a vontade popular. Doravante, a classe dominante, as elites depravadas, terão, pelo menos, de dialogar

com a sociedade. Encerrou-se a fase do *Diktat*. Encerrou-se a fase do poder unilateral das forças econômicas dominantes. Doravante o 'sistema' terá pelo menos de dialogar com o povo, e considerar o interesse nacional. Já há o que comemorar.

O editor